



Política dos Preços Mínimos à Agricultura Familiar

(AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO - Artigo Completo)

Daiane Pereira 1 (UFGD) daihpereiradsouza@hotmail.com

Gabrielli Martinelli 2 (UFGD) gabrielli_martinelli@uem.br

Maria Madalena Schlindwein 3(UFGD) MadalenaSchlindwein@ufgd.edu.br

Resumo:

A agricultura familiar é fundamental para o abastecimento alimentar brasileiro, destacando-se por desenvolver culturas variadas, apesar da produção ser em pequena escala contribui para o crescimento e desenvolvimento do cenário econômico produtivo em que ela atua. A relação entre agricultura familiar e o valor de comercialização dos produtos são variáveis fundamentais para a expansão dessa classe. Nesta perspectiva, objetivou-se verificar qual a influência da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para o agricultor familiar. Para a realização deste estudo, foi utilizada a pesquisa exploratória e descritiva com abordagem quantitativa, para a análise dos dados usou-se as estatísticas descritivas, com consulta nos sites oficiais compilando dados secundários, a área de estudo foi o Estado do Mato Grosso do Sul. Os resultados indicam que ocorrem diferenciação entre os preços agrícolas do estado do Mato Grosso do Sul em relação ao Brasil, portanto os preços dos produtos nacionais são mais valorizados que os preços do Estado. A PGPM tem sido instrumento capaz de elevar os valores dos produtos comercializados pelos agricultores familiares.

Palavras-chave: Preços; Agricultura Familiar; Políticas Públicas.

1 Introdução

São três setores que movimentam a economia mundial, serviços, indústria e agricultura. Dentre os três, a agricultura é o mais resiliente, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos países. O termo agricultura familiar não é uma definição universal, porém sua prática é exercida mundialmente. Por exemplo, nos Estados Unidos essa definição foi alterada mais de 20 vezes, já no Brasil essa expressão é padronizada (PEDROSO, 2014).

Segundo Hoppe, MacDonald (2013) as chamadas *small family farms* representam 21% da produção agrícola norte-americana. De acordo com os dados mundiais do Censo Mundial da Agricultura, relatam que mais de 500 milhões de unidades agrícolas podem ser consideradas agriculturas de modelos familiares.

No Brasil, segundo o censo agropecuário de 2006 existem 4.367.902 propriedades consideradas agricultura familiar. Portanto evidencia-se que a realidade brasileira é equiparada com o restante do mundo, quando relacionado ao número de propriedades familiares existentes. Assim, o interesse pela agricultura familiar no Brasil tem sido crescente, intensificando a partir dos anos 90, quando o governo começou a investir através de políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) bem como o surgimento ministérios e secretarias (MDA, 2015).

Especificamente quando relacionada a uma escala regional, o Estado do Mato Grosso do Sul possui 41.104 estabelecimentos da agricultura familiar, equivale a 65% das propriedades rurais. Após a contextualização com abrangência global da agricultura familiar evidencia-se a importância dessa temática para o desenvolvimento do local que ela se insere (IBGE, 2006).



Um dos fatores que contribui para o progresso dos agricultores familiares é o sucesso na comercialização de seus produtos e serviços, a realização de objetivos e melhoria na qualidade de vida que resulta em fatores monetário. A Política de Garantia de Preços Mínimos surge com a finalidade de garantir o preço da comercialização a um valor justo. Então, independente de como esteja o cenário econômico, o índice de valorização ou desvalorização dos preços interferem no desenvolvimento do agricultor familiar. Historicamente, o mundo rural está diretamente ligado ao abastecimento de alimentos desde as etapas da comercialização do agricultor até consumidor final, cabendo aos agricultores familiares a missão de munir as sociedades com a sua produção (CHEUNG, 2013).

Tanto é que desde de 2006/2007 a volatilidade dos preços internacionais das *commodities* alimentares tem aumentado consideravelmente, dificultando o retorno dos valores anteriores. Essa conduta dos preços pode ser explicada pelos desajustes de curto prazo entre oferta e demanda. Com isso, os preços alimentares brasileiros também foram afetados em consequência da inflação, isto caracteriza a influência mundial na esfera local, também intensifica a importância do governo em intervir através de políticas públicas (MALUF, SPERANZA, 2014).

Deste modo, em virtude da grande importância da agricultura familiar na economia local, a questão que se coloca é: dentro das bases teóricas do crescimento econômico local, qual o reflexo da Política de Garantia de Preços Mínimos no desenvolvimento do agricultor familiar no estado de Mato Grosso do Sul?

Diante desta relação o objetivo geral do estudo é verificar qual a influência da Política de Garantia de Preços Mínimos para o agricultor familiar. Especificamente, relatar a diferença entre os preços impostos para os agricultores familiares em relação aos não familiares.

Para atingir o objetivo, o método utilizado foi a pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, na qual foram utilizados para a análise dos dados as estatísticas descritivas (média e variância). Para os dados econômicos foram usados sites oficiais (IBGE, SEMAC, MAPA, CONAB, AGROLINK). A área de estudo foi o Estado do Mato Grosso do Sul.

O trabalho está dividido em mais quatro seções além desta. Na seção seguinte, será apresentada uma revisão bibliográfica, com base nos conceitos teóricos sobre a temática da Política de Garantia de Preços Mínimos que corresponde a uma política pública e a contextualização da agricultura familiar, com a finalidade de dar suporte conceitual à proposta de estudo. A terceira seção relata os procedimentos metodológicos utilizados para identificar até que patamar os preços agrícolas influenciam no desenvolvimento do agricultor familiar. Na quarta seção, será apresentada a discussão dos resultados. Por fim, as considerações finais e as referências utilizadas que encerram o trabalho.

1. REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção estão expostas as principais contribuições teóricas e de literatura para o entendimento e o desenvolvimento das próximas seções do trabalho.

2.1 Política de Garantia de Preços Mínimos

Como o Brasil é um país com a economia basicamente voltada para a agricultura, nota-se a importância das Políticas Públicas voltadas para o setor agrícola. O governo através de políticas públicas adota medidas com intuito de intervir buscando o desenvolvimento de determinados setores. Com a finalidade de estabilizar os preços e garantir renda ao agricultor, em 1943 surgiu no Brasil a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).



Até 1980 a instituição responsável pela execução direta de toda esta política era a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), posteriormente, desde 1991 até os dias atuais, essa responsabilidade é da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), juntos esses dois responsáveis visam fortalecer as bases da segurança alimentar, assegurando a continuidade do abastecimento nutricional a população brasileira (ALMEIDA, 2014).

Embora a Política de Garantia de Preços Mínimos exista desde 1943, sua atuação de fato ocorre somente na década de 1980 e 1990, onde intensificou-se sua preocupação com os preços dos produtos agrícolas que vigoravam no mercado. Porém desde sua criação procurava solucionar as crises emergenciais relacionadas ao setor agrícola (DANTAS, 2013).

Em 2015, com o finalidade de apoiar a comercialização foram assegurados R\$ 5,6 bilhões para equilibrar os preços dos produtos, além de objetivar o aumento nos preços mínimos em níveis compatíveis com os custos de produção e o comportamento dos preços de mercado (MAPA, 2015).

De acordo com o MDA (2014, p.11):

“A PGPM tende a ampliar aspectos concernentes ao desenvolvimento rural do país, por intermédio da implementação de políticas públicas direcionadas a produtividade agrícola. Para que esta produção seja voltada para o abastecimento interno, é necessário um mercado interno atrativo aos produtores rurais. Esse equacionamento da produção agrícola entre mercado interno e externo é de responsabilidade do Estado. O Estado através das políticas públicas, tenta, ao máximo, conseguir um resultado satisfatório para todas as classes da população. As Políticas Públicas são um conjunto de ações realizadas pelo Estado e tem como objetivo atender as necessidades e demandas da população no geral”.

Teoricamente, o governo através da PGPM estabelece um valor mínimo ao produto com intuito de garantir a oferta de alimentos à sociedade, esse preço mínimo define o patamar base dos valores recebidos pelos produtores, onde é determinado antes do início do plantio. Assim, o agricultor pode programar de que forma seus recursos serão alocados, bem como o tipo de cultura que será produzida durante o ano. (SANCHES; BACHA, 2015).

A atual estrutura de intervenção governamental no Brasil é conduzida conforme os desdobramentos da conjuntura dos mercados agrícolas. A cada ano o governo define o valor mínimo de cada produto, porém esses preços variam nos estados, tanto é que no Estado do Mato Grosso do Sul alguns produtos tiveram reajustes dos preços mínimos da safra verão 2015/2016 como o arroz longo fino em casca, raiz de mandioca, leite entre outros (CONAB, 2015).

O volume financeiro concedido pelo governo federal para a PGPM tem variado anualmente, condicionado principalmente pelo desempenho do preço do produto no mercado físico. Os preços das *commodities* agrícolas são altamente influenciados pelo mercado, e afetam de maneira decisiva a renda e a balança comercial da agropecuária que por sua vez tem expressiva participação no PIB brasileiro. Embora os resultados recentes sejam positivos, os preços das principais *commodities* do agronegócio demonstram instabilidade, com registros de declínio nos anos 2007 e 2008, elevação em 2009, 2010 e início de 2011, já em meados de 2012 alcançando picos. Além disso, no que tange aos preços, o processo de globalização presenciado pelo mundo no final do século XX, impulsionou um processo de integração das economias (BINI; DENARDIN, 2013).

2.2 Agricultura familiar



Desde o início da ocupação territorial brasileira a agricultura familiar atua no processo produtivo do país. Porém, com modernização da agricultura brasileira marcada pelas décadas de 1960 e 1970 o agricultor familiar começa a enfrentar dificuldades na comercialização de seus produtos, pois, o governo cria políticas públicas voltadas apenas aos grandes latifundiários, na qual a venda dessas *commodities* concentrava-se em setores capitalizados direcionados ao mercado internacional. Assim, esses acontecimentos impactaram negativamente no desenvolvimento do setor da agricultura familiar que esta a mercê da política agrícola, sobretudo nos itens relativos ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2014).

Entretanto após esse cenário, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma política voltada exclusivamente para beneficiar o agricultor familiar, na qual o governo é responsável por comprar no mínimo 30% do que é produzido nas pequenas propriedades e nos assentamentos. A lei ordinária nº 11.326/06 foi criada para definir o conceito de agricultura familiar no Brasil, a extensão de terra varia de um a quatro módulos fiscais, a mão de obra para a produção deve ser familiar no estabelecimento ou empreendimento, a renda precisa ser gerada através do fruto do cultivo do estabelecimento (GUANZIROLI *et al.*, 2012).

No ano de 2015 foram investidos R\$ 1, 6 bilhões para compras da agricultura familiar por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), esses programas interferem na valorização dos preços dos produtos agrícolas (CONAB, 2016).

O PAA foi criado em 2 de julho de 2003 instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN que tem como intuito, a promoção do acesso à alimentação e o incentivo da agricultura familiar. O Programa proporciona ao produtor uma segurança, valorizando o valor dos produtos, um grande diferencial é a desburocratização, pois dispensa licitação (CONAB, 2015).

Já o PNAE foi criado em 31 de março de 1955, na qual foi assinado o [Decreto nº 37.106](#), esse programa possui 61 anos, com o tempo foi aprimorando através de novos incentivos, objetivando melhorar a qualidade da alimentação escolar, visando um desenvolvimento social e inserção dos pequenos produtores rurais no mercado de capitais, através do fornecimento desses alimentos.

De acordo com o MDA (2015) a agricultura familiar é uma das atividades mais importantes do mundo, respondendo por 70% da produção de alimentos que se encontra na mesa do consumidor. Ou seja, a principal produtora de comida para o campo e a cidade, desempenhando um papel central na estratégia de superação da fome e na segurança alimentar do País.

Tanto é que 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite. Além disso, os dados revelam que 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos são de responsabilidade da agricultura familiar.

Sendo que os 10 principais produtos financiados pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar) no estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 2014/2015 eram: bovinos, soja, milho, mandioca, arroz, cultivo de peixe, abobrinha, suínos, café e hortifrutigranjeiros (IBGE, 2012).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Agropecuário de 2006, revelou que o estado de Mato Grosso do Sul possui 64.862 estabelecimentos rurais. Destes, a grande maioria, aproximadamente 60%, pertence à Agricultura Familiar (IBGE, 2014).



A agricultura familiar vem se fortalecendo desde uma escala macro até a micro, impulsionando a economia e reduzindo o nível de pobreza. Esse crescimento contribui para o fomento da produção da alimentação básica, propagando assim desenvolvimento das pequenas propriedades rurais. De acordo com Barcelos e Reis (2014) a agricultura familiar é responsável pela redução do êxodo rural ajudando ativamente para a geração de riqueza não somente no setor agropecuário mais também do país como um todo.

Portanto, a agricultura familiar possui representatividade para o desenvolvimento do mercado econômico, por isso a criação de políticas públicas que valorizem os preços dos produtos comercializados por esse setor é fundamental para estimular o aumento da produção e a pluriatividade. Serigatti (2012) ainda complementa que a relação da agricultura familiar e as políticas públicas impulsiona o crescimento da renda; o desenvolvimento econômico, a política cambial, a inflação, e a política fiscal. Para a compreensão destas relações é necessário considerar que a produção agrícola conta com características particulares, cuja combinação não é encontrada em qualquer outro setor econômico.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva com abordagem quantitativa. Exploratória, pois este tipo de pesquisa explica a razão, o porquê dos fenômenos, uma vez que aprofunda o conhecimento de uma dada realidade em que existe conhecimentos incipientes. E, é descritiva no sentido em que busca descrever o desenvolvimento ocorrido no estado e a formulação dos preços comercializados pelos agricultores familiares.

Os dados serão analisados por estatísticas descritivas (média e variância). Para os dados econômicos serão usados sites oficiais (IBGE, SEMAC, MAPA, CONAB, AGROLINK). Na qual, foi feito a média de cotações dos preços comercializados no Estado do Mato Grosso do Sul (MS). Para a elaboração da média consultou-se o site oficial do CONAB (Companhia Nacional do Abastecimento). A área de estudo será o Estado do Mato Grosso do Sul.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo último censo realizado pelo IBGE com publicação em 2006, os principais produtos produzidos pela agricultura familiar na produção de vegetais são: arroz, feijão, mandioca, milho, soja, trigo e o café. Já na pecuária os que possuem maior destaque são: criação de bovinos, produção de leite, criação de aves e suínos. Segue abaixo as Tabelas 1, 2 e 3, com os dados discriminados de cada produto e seus tipos, levando em consideração quatro variáveis: quantidade produzida, área colhida, estabelecimento e o valor da produção.

Na Tabela 1, foram selecionadas duas variáveis, a quantidade produzida e a área colhida entre a agricultura familiar e a não familiar. Observa-se que existe uma variedade na produção de culturas por parte desses agricultores, sendo que todos os produtos elencados na tabela contribuem para o desenvolvimento dos produtores. Com relação aos dados da Tabela nota-se que nem sempre ter a maior área colhida significa obter maior quantidade produzida, um exemplo claro disso é a cultura do milho, pois quem detém da maior quantidade produzida é a produção não familiar, porém, a maior área colhida corresponde aos pequenos produtores.

Tabela 1 – Comparação entre quantidade produzida e área colhida na agricultura familiar e não familiar no Brasil (Produção Vegetal).

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei 11. 326	Não familiar
------------------------	---------------------------------------	--------------

Produção vegetal
Arroz em casca

Quantidade produzida (kg)	3 199 460 329	6.247.796.383
Área colhida (ha)	1 167 376	1 242 213
Feijão preto		
Quantidade produzida (kg)	531 637 055	160 899 824
Área colhida (ha)	639 512	124 911
Feijão de cor		
Quantidade produzida (kg)	697 231 567	597 074 955
Área colhida (ha)	1 015 718	409 130
Feijão fradinho		
Quantidade produzida (kg)	939 931 471	182 207 996
Área colhida (ha)	1 855 299	283 126
Mandioca		
Quantidade produzida (kg)	13.952.605.062	2.141.336.546
Área colhida (ha)	2 418 155	283 947
Milho em grão		
Quantidade produzida (kg)	19.424.085.538	22.857.714.137
Área colhida (ha)	6 412 137	5 312 225
Soja		
Quantidade produzida (kg)	6 404 494 499	34.308.188.89
Área colhida (ha)	2 707 649	12 939 342
Trigo		
Quantidade produzida (kg)	479 272 647	1 778 325 050
Área colhida (ha)	323 922	976 086
Café arábica em grão (verde)		
Quantidade produzida (kg)	645 340 928	1 244 377 597
Área colhida (ha)	513 681	778 611

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Os principais produtos da produção vegetal brasileira são a soja, trigo, café e arroz e quem domina essas culturas são os grandes latifundiários, até porque essas culturas necessitam de uma produção em grande escala. Verifica-se que os agricultores familiares possuem quantidade produzida e área colhida inferior quando comparado ao agricultor não familiar. No caso da soja, o produtor não familiar possui uma produção 5 vezes maior que o agricultor familiar.

O Brasil está entre os 5 maiores produtores da cultura do feijão como aponta (Wander *et al*, 2007), juntamente com, a Índia, China, Myanmar e México, representando mais de 65% da produção mundial. O feijão é um produto que faz parte da cesta básica brasileira, sendo produzido predominantemente no país por agricultores familiares. Os dois tipos apresentados na Tabela 1, feijão de cor e fraldinha demonstram que tanto na quantidade produzida quanto na área colhida quem obtém maiores resultados são os agricultores familiares.

Além da quantidade produzida e área colhida o censo do IBGE, também traz o número de estabelecimentos e valores da produção em reais, como pode ser observado na Tabela 2 na qual demonstra uma comparação entre esses dados.

Observa-se que na produção vegetal o número de estabelecimentos do agricultor familiar é superior ao agricultor não familiar, desde o primeiro item da tabela o arroz em casca até o último item, café arábica em grão (verde). Mas quando a variável é o valor da produção em reais o grande produtor supera consideravelmente o agricultor familiar. No entanto ocorre duas exceções quando se trata do cultivo de feijão e mandioca a situação é inversa, e o agricultor familiar possui o maior valor da produção.

Tabela 2 – Comparação entre estabelecimentos e valor da produção na agricultura familiar e não familiar no Brasil (Produção Vegetal).

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei 11. 326	Não familiar
Produção vegetal		
Arroz em casca		
Estabelecimentos	354 677	41 951
Valor da produção (R\$)	1 414 740 013	2.615.404.728
Feijão preto		
Estabelecimentos	242 398	26 620
Valor da produção (R\$)	378 617 041	116 504 973
Feijão de cor		
Estabelecimentos	411 963	50 417
Valor da produção (R\$)	557 814 212	508 988 359
Feijão fradinho		
Estabelecimentos	706 323	75 711
Valor da produção (R\$)	780 120 429	156 704 791
Mandioca		
Estabelecimentos	753 524	78 665
Valor da produção (R\$)	3 254 035 260	432 596 260
Milho em grão		
Estabelecimentos	1 795 248	234 874
Valor da produção (R\$)	5.344.665.578	6.017.976.565
Soja		
Estabelecimentos	164 011	51 966
Valor da produção (R\$)	2 891 786 309	14.249.698.227
Trigo		
Estabelecimentos	23 542	10 485
Valor da produção (R\$)	187 652 912	716 790 517
Café arábica em grão (verde)		
Estabelecimentos	193 328	48 309
Valor da produção (R\$)	2 231 728 778	5 124 878 374

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Quando comparados o valor de produção em percentuais do feijão e da mandioca, nota-se que os três tipos de feijão representam 46% a mais que o agricultor não familiar e a mandioca corresponde a 13%.

O censo agropecuário também disponibiliza dados da produção pecuária da agricultura familiar e não familiar, na qual contém itens como: a produção de bovino, leite de vaca e de cabra, aves, e suínos, que estão representados na Tabela 3, onde constam 3 variáveis, os estabelecimentos, quantidade produzida e o valor da produção.

Tabela 3 - Comparação entre estabelecimentos, quantidade produzida e valor da produção na agricultura familiar e não familiar no Brasil (Pecuária).

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei 11. 326	Não familiar
------------------------	------------------------------------	--------------

Pecuária
Bovinos

Estabelecimentos	2 151 279	521 897
Número de cabeças em 31.12	51 991 528	119 621 809
Leite de vaca		
Estabelecimentos	1 089 413	259 913
Quantidade produzida (litros)	11.721.356.256	8 436 325 272
Valor da produção (R\$)	4 975 619 521	3 841 916 092
Leite de cabra		
Estabelecimentos	15 347	2 716
Quantidade produzida (litros)	23 987 360	11 752 828
Valor da produção (R\$)	29 355 274	15 668 691
Aves		
Estabelecimentos	2 331 612	381 778
Número de cabeças em 31.12	700 819 753	700 521 236
Ovos de galinha (dz)	451 793 650	2 382 625 691
Valor da produção dos ovos (R\$)	711 120 558	3 457 394 828
Suínos		
Estabelecimentos	1 276 037	220 070
Número de cabeças em 31.12	18 414 366	12 774 973
Valor da produção (R\$)	1 540 662 677	1 482 098 204

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

De acordo com os dados disponíveis nas Tabelas 1, 2 e 3, observa-se que os alimentos mais produzidas pelos agricultores familiares em média no Brasil são: feijão e mandioca. Já os produtos oriundos da pecuária destacam as produções de leite de vaca e cabra, bem como a criação de suínos. No entanto, as demais produções como o arroz, milho, soja, trigo e café arábica, assim como a produção proveniente da pecuária (criação de bovinos e aves), são os produtores não familiares que possuem maior relevância nessas culturas e criações.

Como a área de estudo é o estado do Mato Grosso do Sul (MS) buscou-se comparar de acordo com os dados disponíveis no censo agropecuário do IBGE no ano de 2006 as relações entre o Brasil e o MS. A seguir serão disponibilizadas três tabelas com os dados do estado do Mato Grosso do Sul.

Tabela 4 – Comparação entre quantidade produzida e área colhida na agricultura familiar e não familiar no Estado do Mato Grosso do Sul (Produção Vegetal).

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei nº 11.326	Não familiar
Produção vegetal		
Arroz em casca		
Quantidade produzida (kg)	21 224 271	73 185 540
Área colhida (ha)	5 542	15 254
Feijão-preto		
Quantidade produzida (kg)	1 694 319	1 367 627
Área colhida (ha)	1 419	888
Feijão de cor		
Quantidade produzida (kg)	5 871 731	3 642 902
Área colhida (ha)	5 600	3 683
Feijão-fradinho		
Quantidade produzida (kg)	382 422	1 249 400
Área colhida (ha)	616	760
Mandioca		
Quantidade produzida (kg)	269 205 230	80 045 334
Área colhida (ha)	20 196	6 761

Milho em grão

Quantidade produzida (kg)	236 198 069	1 938 511 816
Área colhida (ha)	69 550	550 576

Soja

Quantidade produzida (kg)	198 448 073	3 673 748 600
Área colhida (ha)	78 053	1 386 341

Trigo

Quantidade produzida (kg)	1 295 520	41 639 590
Área colhida (ha)	910	24 996

Café arábica em grão (verde)

Quantidade produzida (kg)	1 011 265	472 610
Área colhida (ha)	789	311

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Verifica-se, a partir dos dados disponíveis nas tabelas anteriores que ocorrem semelhanças entre o MS e o Brasil. A única mudança mais aparente é no caso do feijão tipo fraldinha, que no estado do MS, quem possui maior quantidade produzida e colhida são os agricultores não familiares. No caso da mandioca independente de ser no Brasil ou no estado os agricultores familiares são os que mais produzem e colhem. Já o café quando correlacionados o Brasil e o Mato Grosso do Sul ocorre o inverso que a nível Brasil, no estado do MS quem mais produz e colhe são os pequenos produtores.

Tem-se na Tabela 5 os dados referentes aos estabelecimentos e o valor de produção no estado do MS, estas informações demonstram que as grandes produções de milho, trigo e soja na escala regional, é como o restante do Brasil, são os agricultores não familiares que detêm da maior área colhida e conseqüentemente maior quantidade produzida, e ainda são detentores dos maiores estabelecimentos e valores de produção.

Tabela 5 – Comparação entre estabelecimentos e valor da produção na agricultura familiar e não familiar no Estado do Mato Grosso do Sul (Produção Vegetal).

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei nº 11.326	Não familiar
Produção vegetal		
Arroz em casca		
Estabelecimentos	829	162
Valor da produção (R\$)	8 139 780	29 669 898
Feijão-preto		
Estabelecimentos	649	105
Valor da produção (R\$)	1 343 521	1 068 817
Feijão de cor		
Estabelecimentos	1 021	136
Valor da produção (R\$)	4 519 156	2 567 640
Feijão-fradinho		
Estabelecimentos	423	48
Valor da produção (R\$)	331 498	875 919
Mandioca		
Estabelecimentos	5 765	1 295
Valor da produção (R\$)	65 005 053	13 725 231
Milho em grão		
Estabelecimentos	5 895	2 607
Valor da produção (R\$)	50 198 822	440 038 539
Soja		
Estabelecimentos	2 351	2 883
Valor da produção (R\$)	77 565 709	1 522 261 863

Trigo

Estabelecimentos	26	130
Valor da produção (R\$)	423 780	17 468 235

Café arábica em grão (verde)

Estabelecimentos	588	92
Valor da produção (R\$)	4 673 147	3 290 523

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Continuando com as comparações entre o estado do MS e o Brasil vale ressaltar que a produção do arroz, feijão tipo fraldinha, milho, e o café, que a agricultura familiar, obtém maior número de estabelecimentos porém, o valor de produção é o agricultor não familiar que possui maior poder de barganha nos preços, o mesmo ocorre com o café e o milho.

Tabela 6 - Comparação entre estabelecimentos, quantidade produzida e valor da produção na agricultura familiar e não familiar no Estado do Mato Grosso do Sul (Pecuária).

Variáveis selecionadas	Agricultura familiar - Lei nº 11.326	Não familiar
Pecuária		
Bovinos		
Estabelecimentos	27 980	20 621
Número de cabeças em 31.12	1 199 250	19 435 567
Leite de vaca		
Estabelecimentos	17 117	6 983
Quantidade produzida (litros)	211 290 052	172 590 446
Valor da produção (R\$)	73 164 636	64 928 790
Leite de cabra		
Estabelecimentos	38	13
Quantidade produzida (litros)	72 292	60 940
Valor da produção (R\$)	132 995	101 794
Aves		
Estabelecimentos	21 707	8 893
Número de cabeças em 31.12	12 655 522	12 112 170
Ovos de galinha (dz)	11 671 342	18 537 674
Valor da produção dos ovos (R\$)	17 978 188	19 743 231
Suínos		
Estabelecimentos	12 758	5 846
Número de cabeças em 31.12	309 048	555 269
Valor da produção (R\$)	23 858 745	50 224 211

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Na produção da pecuária bovina, a agricultura familiar possui maior número de estabelecimentos porém, em número de cabeças de gado a agricultura familiar representa apenas 6% do que os agricultores não familiares. A produção de leite de vaca e de cabra tanto em estabelecimento, quantidade produzida e valor de produção quem obtém maior representatividade no mercado são os agricultores familiares, o mesmo que a nível Brasil.

As aves em número de estabelecimento e número de cabeças é igual ao Brasil, os agricultores familiares que possuem maior quantidade, ocorrendo o mesmo com os ovos de galinha e valor da produção dos ovos, onde o agricultor não familiar que possui a maior representatividade.

A nível Brasil quem possui a maior criação de suínos são os agricultores familiares, já na escala local apenas o número de estabelecimentos é superior aos agricultores não familiares.

No estado do MS, em número de cabeças suínas e valor de produção, quem tem maior representatividade é o grande latifundiário. Para acompanhar essa evolução do número de estabelecimentos, quantidade produzida, valor de produção e área colhida, é necessário verificar a influência dos preços para esses produtos.

A Tabela 7 destaca os principais produtos comercializados pelos agricultores familiares entre os períodos de 2011 a 2015, no estado do MS. Na qual, foi feito a média de cotações dos preços comercializados no estado do MS. Para a elaboração da média consultou-se o site oficial da Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB). No entanto, não consta na tabela todos os produtos conforme destacado nas tabelas anteriores, pois alguns produtos não são cadastrados no site da CONAB.

A CONAB usa preços nominais para as cotações dos valores dos produtos mensurados, e são medidas, consequentemente, por preços correntes, e os seus movimentos acompanham o nível de preços e a inflação.

Tabela 7 – Média de preços dos produtos selecionados para o estado do Mato Grosso do Sul (R\$) para a agricultura familiar no período de 2011 a 2015.

PRODUTO	Média de preços (R\$) / ano				
	2011	2012	2013	2014	2015
Arroz longo fino sem casca (60 Kg)	32,50	32,42	43,73	44,60	46,20
Feijão de cor (60 Kg)	82,75	140,00	187,00	98,20	138,00
Milho em grão (60 Kg)	20,26	22,81	25,48	18,19	19,49
Soja (60 Kg)	48,25	41,75	54,20	58,90	53,30
Trigo (ton.)	365,00	446,25	650,00	763,00	542,00
Café arábica (60 Kg / Produtor)	240,00	330,00	330,00	258,00	382,00
Bovino (15 Kg / Produtor)	90,63	88,50	90,20	106,00	136,20
Leite de vaca (1L /Produtor)	0,63	0,72	0,69	0,87	0,76

Fonte: Adaptado pelo autor a partir da Conab (2016).

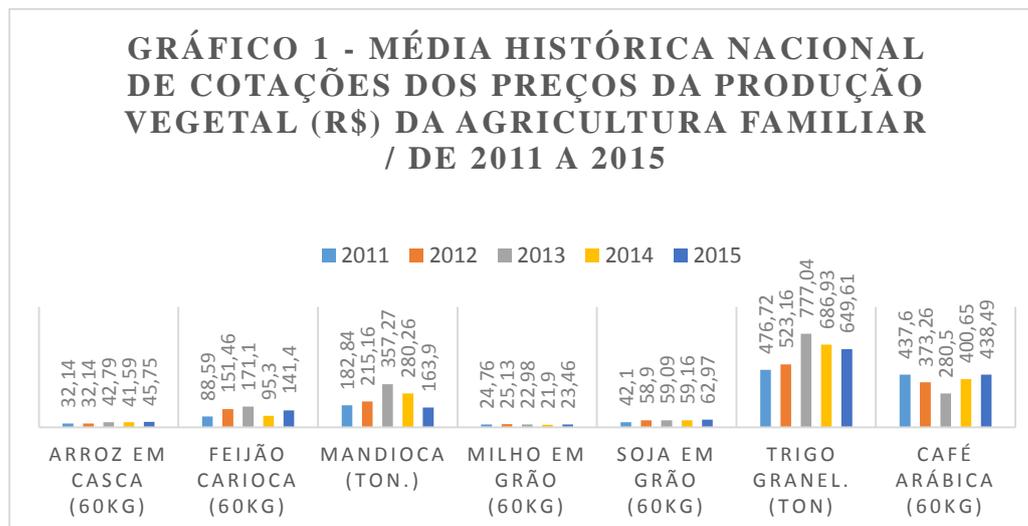
Como visualizado na Tabela 7 evidencia-se a média dos produtos produzidos no Estado do MS, disponível no site da CONAB. Para a cultura do arroz longo fino sem casca teve uma progressão durante os últimos 5 anos, de R\$ 13,70, quando comparados nos anos de 2011 e 2015. O feijão de cor em 2013 obteve o melhor preço, uma valorização significativa que incentiva o fomento desse produto. No caso do preço do milho em grão decresceu nos últimos 5 anos, onde o menor preço pago foi no ano de 2014 em R\$ 18,19.

O quarto item, a soja segue com uma situação inversa quando comparado com o milho, obtendo o maior preço no ano de 2014 em R\$ 58,90. O trigo segue na mesma situação do soja, o valor pago na tonelada desse produto no ano de 2014 foi R\$ 763,00. A cultura do café arábica e boi tiveram um crescimento progressivo durante os períodos de 2011 até 2015 e por fim o leite que possui oscilações por ano, um ano o preço diminui no outro aumenta.

Algumas peculiaridades encontradas ao longo da análise dá-se a produção de leite de cabra tipo C (1L/ varejo) que no ano de 2015 tem, como registro na CONAB, o mês de dezembro com o valor representativo de R\$ 9,85. Os anos anteriores não possui registro na base de dados.

Numa análise geral da Tabela 7, as oscilações dos preços de alguns produtos ocorrem por consequência de alguma eventual intervenção de políticas econômicas por parte do governo

estadual ou até mesmo federal, crises sazonais, e eventuais arranjos fora do contexto econômico.



Fonte: Agrolink – Adaptado pelo autor (2016).

Já os preços dos produtos praticados pelos Programas do Governo como o PAA e o PNAE eles não possuem disponível os preços para consulta, limitando assim uma análise detalhada. Os preços destinados aos produtos variam de município para município não tendo um padrão Estadual. Para uma análise dos preços praticados possuindo os preços da CONAB, os autores fizeram um levantamento das médias dos preços praticados na produção vegetal e pecuária nacionalmente, dispostos nos Gráficos 1 e 2, respectivamente.

Quando comparada a Tabelas 7 com os Gráficos 1 e 2, existem algumas diferenças entre a média de preços praticados na escala Estadual e Nacional. Essa diferenciação pode ter sido ocasionado por intervenções na formulação dos preços praticados entre o estado e a federação, e/ou variações de produções em períodos sazonais.

Em 2011 o arroz sem casca, e a saca de soja foi comercializado com mais lucratividade para o produtor através do preço do estado do que sendo vendido ao preço nacional. Os produtos como feijão carioca, saca de milho em grão, trigo granel (ton.), café arábica e os produtos da pecuária que são comercializados e possui dados disponíveis como a arroba do boi gordo compensaram fazer as negociações através dos preços nacionais.

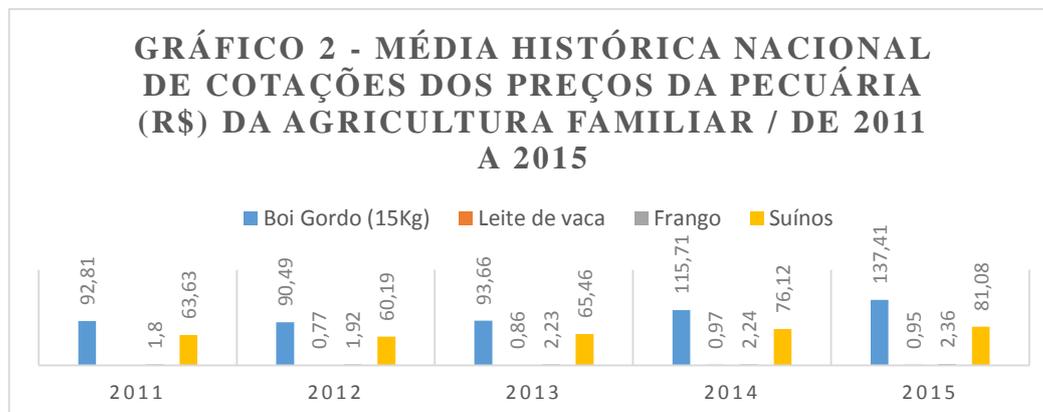
Durante o período de 2012 a 2015, o único produto vegetal que obtinha vantagem ao preço de compra/venda do estado em relação ao preço nacional, foi o arroz em casca. No caso da produção do feijão tipo carioca estava compensando comprar do estado durante os anos 2013 e 2014, possivelmente causado por alguma mudança econômica política, pois nos anos anteriores como 2011, 2012 e 2015 o preço que compensava comercializar a saca através do preço nacional.

No caso da compra/venda da saca de milho em grão nos anos 2011 e 2012 a média de preço nacional era mais compensador que a média dos preços comercializados no estado do MS, mas os próximos anos de 2013 a 2015, o estado comercializou a saca de milho em grão mais atrativo que aos preços nacionais.

O último item que o censo 2006 do IBGE divulga como produto vegetal comercializado pela agricultura familiar, a saca da soja foi um produto que compensou fazer comércio de compra/venda no ano de 2011 ao preço do estado, e a partir de 2012 até 2015 o preço de mercado nacional compensava mais que o estadual.

A produção da mandioca, e os produtos da pecuária como frango e suíno, não se tem dados disponíveis para o Estado do Mato Grosso do Sul, sendo assim, não foi possível fazer a

comparação de preços nacionais com o preço do estado. Estão disponíveis nos Gráficos 2, as médias dos valores praticados com os produtos da pecuária e os itens não comercializados no estado estão apenas para contemplação, pois são produtos que o censo disponibilizou como significativo para as famílias agropecuárias.



Fonte: Agrolink – Adaptado autor (2016).

Não pode-se dizer com total certeza, mas sugere-se fazer um estudo aprofundado de quais são os motivos dos preços no MS serem menores que os preços nacionais, uma das causas possíveis são as políticas intervencionistas do estado na compra/venda dos produtos, até para vender posteriormente ao preço nacional para outras empresas.

Algo que pode ser notado no estado é que a comercialização não é tão baixa quanto a média nacional, porém se compensava na maioria dos produtos fazer mercado com os preços nacionais quanto os estaduais. Algo que pode estar relacionado é as políticas adotadas para tais comércios e tipos de culturas e oriundas das culturas familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores inserem-se no mercado com intuito de comercializar seus produtos e obter lucro. O mercado econômico é cada vez mais competitivo, os produtores concorrem com outros agricultores de várias localidades e ainda enfrentam as instabilidades do mercado.

Os resultados da pesquisa apontam que ocorrem diferenciação entre os preços estabelecidos para comercialização dos produtos estaduais com os nacionais. Com a análise, observou-se que os preços praticados nacionalmente são mais lucrativos e interessantes para os pequenos produtores rurais, porque podem trazer um desenvolvimento econômico, financeiro e social maior em menos tempo.

Porém o pequeno produtor rural comercializa sua produção em uma escala maior através dos Programas de incentivo voltado ao fomento da agricultura familiar como o PAA e o PNAE, e por isso vende à preço estadual ou municipal, tendendo a uma menor lucratividade. Isso, pode estar contribuindo com o êxodo rural e a instabilidade econômica dessa classe de pequenos produtores rurais.

Verificou-se que existe uma diferenciação entre os preços impostos para os agricultores familiares em relação aos não familiares. Os preços são distintos para cada produto comercializado, e com o apoio da PGPM, política essa que visa os preços mínimos de compra/venda dos produtos dos pequenos agricultores, mostra que a inserção destes no mercado competitivo ainda é pouco, pois como os preços do mercado nacional são maiores do que os praticados no estado do MS, o agricultor não familiar detém um poder maior de barganha, e como visualizadas nas tabelas ao longo do trabalho, os valores de produção dos grandes



latifundiários são quase sempre 50% maiores que dos pequenos agricultores, mesmo com menores quantidades de estabelecimentos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROLINK Cotações. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/cotacoes/>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

ALMEIDA, A. M. A Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no período após a abertura comercial: mudança institucional e novos instrumentos. Tese. Piracicaba 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Windows/Downloads/Andre_Martins_de_Almeida_versao_revisada.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2016.

BARCELOS, C. O. G; REIS, C. V. C. Os Níveis de Renda dos Assentados da Agricultura Familiar no Mato Grosso do Sul. v.1 n. 2 e 3–junho/setembro de 2014.

BINI, D. A.; DENARDIN A. A. Correlação e Causalidade entre preços de Commodities e energia. ANPEC,ISSN:1517-7580, 2013 – Disponível em: http://www.anpec.org.br/sul/2013/submissao/files_1/i41426be0c0f68f35be990cdd42d5304ca.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2016.

CHEUNG, T. L. Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e o território como referência para estudar o caso do município de Terenos, MS. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 189-195, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v14n2/a05v14n2.pdf>. Acesso: 15 de julho de 2016.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em <http://www.conab.gov.br/> Acesso em: 18 de junho de 2016.

DANTAS. C. E. A política de garantia de preços mínimos: um estudo de sua trajetória dos anos 1980 – 2012 no Brasil. Tese. GOIÂNIA 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/1571/1/Camila%20Est%C3%A1bile%20Dantas.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

GUANZIROLI C.E.; BUAINAIN A. M.; SABBATO A. D. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). Rev. Econ. Sociol. Rural ISSN 0103-2003 vol.50 no.2 Brasília Apr./June 2012.

HOPPE, R. & MACDONALD, J. Updating the ERS Farm Typology. EIB-110. Washington D.C.: U.S. Department of Agriculture, Economic Research Service, 2013. Disponível em: <http://www.ers.usda.gov/media/1070858/eib110.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/default.php> . Acesso em: 10 de maio de 2016.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA *Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra)*. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 18 de maio de 2016.

JUNQUEIRA, C. P; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.



MAPA – Ministério da Agricultura. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>> Acesso em: 17 de Maio de 2016. MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Mais alimentos – um plano de agricultura familiar para o Brasil. MDA, 2014.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/> 2015. Acesso em: 12 de junho 2016.

MALUF, R. S; SPERANZA, J. S. Preços dos alimentos, modelos de agricultura e abastecimento alimentar no Brasil: os casos da soja e do feijão. Relatório Técnico 7 Abril, 2014. Disponível em: [http://r1.ufrj.br/cpda/ceresan/docs/CERESANRelatTecnico7EstudoprecosAAid\(2\).pdf](http://r1.ufrj.br/cpda/ceresan/docs/CERESANRelatTecnico7EstudoprecosAAid(2).pdf). Acesso em: 16 de julho de 2016.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. 2014. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/documents/80223/205365/ren_2014_6_lauro_v2.pdf/72b45117-194f-4a4b-8b1d-58b1f893af40. Acesso em: 10 de junho de 2016

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

NEDER, H. ALVES FILHO, N. SOUZA, S. Acesso à renda e inflação de preços de alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bola Família. Ver. Econ. Sociol. Rural, ISSN 1806-9479, vol. 53 no. 1 Brasília Jan/Mar. 2015.

PEDROSO. M. T. M. Experiências internacionais com a agricultura familiar e o caso brasileiro: O desafio da nomeação e suas implicações práticas. Brasília, DF : Embrapa, 2014. Disponível em: https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2016.

SANCHES. A; BACHA. C. J. C. Políticas de estabilização de preços agrícolas: o de caso do mercado do milho em Mato Grosso. João Pessoa - PB, 26 a 29 de julho de 2015 SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: http://cepea.esalq.usp.br/pdf/Artigo_Sober_PMmilho.pdf. Acesso em 12 jul. 2016.

SERIGATI. F. C. Preços agrícolas: fundamentos x mercados financeiros. Agroanalysis (FGV), ISSN v. 32, p. 15-16, 2012.

SIGA-WEB. Sistema de Informação Geográfica do Agronegócio. Disponível em: <<http://sigaweb.aprosojams.org.br/>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

WANDER, A. E. GAZZOLA, R. GAZZOLA, J. RICARDO, T. T. GARAGORRY, F. L. Evolução da produção e do mercado mundial do feijão. XLV Congresso da SOBER. Universidade Estadual de Londrina – Londrina PR. 22 a 27 de junho de 2007.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Presidência da República. Brasília/DF, 2006.